

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1305 - 15/06/2015 a 21/06/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares



INFRAESTRUTURA

MAIS UM PLANO DE DILMA

SENAR-PR E FAE

Capacitação
em projetos

HISTÓRIA

A invasão
da Normândia

TERCEIRIZAÇÃO

Bons
motivos

Aos Leitores

Em períodos de crise, ensinam políticos matreiros, o negócio é provocar um fato novo e desviar a atenção do problema. Dilma Rousseff não é e nem gosta de política, mas tem que conviver ou pensar nela 24 horas por dia, inclusive quando sai a passear de bicicleta. Há praticamente seis meses, a presidente da República e seu partido vivem um inferno astral criado por eles mesmos nos últimos quatro anos. Inflação, desemprego, desaceleração econômica e pibinho.

Para tentar dar a volta por cima, o governo criou um cenário de espetáculo para lançar, no último dia 09, o Programa de Investimento em Logística (PIL). Alguns governistas mais assanhados anunciaram os investimentos de quase R\$ 200 bilhões como o maior da história.

Quando as cortinas se fecharam, o barulho diminuiu, mas a imprensa não deixou a poeira baixar. Escarafunchou e analisou o novo Programa de Dilma, porque “gato esquentado tem medo de água fria”. Ocorre que a retrospectiva de planos para a infraestrutura nacional – rodovias, ferrovias, aeroportos e portos, com os Pac’s I, II e III não recomendam, e o PIL anterior afundou. Como resumiu a “Folha de São Paulo” na manchete do dia seguinte: “Governo Dilma lança lista de intenções para a infraestrutura”.

Pelo jeito, o fato novo não colou, porque a turma está muito desconfiada e continua prestando mais atenção no tamanho de outras contas que estão ferindo o bolso. Essa e outras histórias estão nesta edição junto com outro tema polêmico: o Projeto de Lei da terceirização.

Índice

El Niño	03
SENAR-PR e FAE	04
Plano de Dilma	06
Opinião	10
Mulas	12
Vazio Sanitário	15
História - O Dia “D”	16
Bovinocultura de Corte	18
Entrevista - Terceirização	20
Burocracia	24
Notas	26
Carta/Leitor em Foco	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Agide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldí Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Agide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Agide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:**

Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueil | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Peça-se citar a fonte.

Fotos da edição 1305: Fernando Santos, Milton Dória, APPA, Arquivo FAEP e Divulgação.

El Niño chega moderado



O fenômeno El Niño chegou ao Brasil e deve trazer chuva para as safras de inverno no Centro-Sul do país. Desde 2009/2010 o fenômeno não ocorria por aqui e para este ano a expectativa é de que ele tenha uma atuação moderada.

Caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial Leste, região oceânica equatorial entre a Austrália, a Indonésia e a costa Oeste da América do Sul, o El Niño causa profundas alterações na pressão e nos ventos em escala global. O maior aquecimento das águas do mar nesta região do Pacífico interfere no padrão de chuva e de temperatura em diversas regiões do planeta.

Segundo reportagem divulgada pelo jornal O Estado de São Paulo (06.06), simulação feita pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Cptec/Inpe) aponta que, de junho a agosto, deve chover acima da média em boa parte do Sul, Oeste de São Paulo e em grande parte de Mato Grosso do Sul – impactando as culturas de inverno, como trigo, cevada, cana-de-açúcar e café, além da segunda safra de milho.

De acordo com a matéria, para os meteorologistas o que

definirá se o El Niño será bom ou ruim para a safra não é a intensidade das chuvas, mas o seu calendário. “A maioria das culturas pode se beneficiar com a chuva, mesmo porque ela ameniza o risco de geadas. No entanto, chuva demais no período da colheita, lá para o fim do inverno, pode ser muito prejudicial”, observou o meteorologista Celso Oliveira, da Somar Meteorologia.

Na região Centro-Sul, que concentra cerca de 90% da produção de cana-de-açúcar do país, a preocupação é de que a chuva acima do normal diminua os dias de colheita, além de afetar a qualidade da cana colhida diminuindo a quantidade de açúcar na planta.

Quando se trata da duração do fenômeno não há consenso entre os meteorologistas. Para Alexandre Nascimento, meteorologista da Climatempo, apesar da intensidade moderada, os impactos do fenômeno serão sentidos até o ano que vem – o que contemplaria a safra de verão, com destaque para a soja, carro-chefe do agronegócio brasileiro. Já Oliveira, da Somar, e Paulo César Sentelhas, da Esalq, acreditam que o El Niño não terá impacto significativo na safra de verão. Para eles, como o fenômeno deve se estender no máximo até a primavera, poderia influenciar apenas na fase de plantio da cultura.

Capacitação para Projetos

SENAR-PR e FAE criam curso para elaboração e gestão de projetos voltado para servidores públicos estaduais. Objetivo é trazer mais recursos para o Paraná

Por André Amorim



Muitas vezes, para obter algum recurso para a agricultura (seja do governo federal, de fundos específicos, órgãos internacionais, entre outros), o agente público precisa elaborar um projeto justificando a necessidade do investimento e estruturando as ações pretendidas de forma clara e organizada. Ocorre que nem sempre este agente possui as competências necessárias para escrever e gerir um projeto. Foi pensando nisso, que o SENAR-PR criou o programa “Capacitação profissional em elaboração, gestão e análise de projetos”, que teve início na última quinta-feira, dia 11 de junho, na FAE Business School, em Curitiba.

Segundo o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, “a ideia é renovar os conhecimentos dos servidores do Paraná na área de projetos para que o Estado consiga buscar cada vez mais recursos com projetos eficientes”. Durante a cerimônia de abertu-

tura do curso, ele destacou a necessidade de capacitar os quadros técnicos da gestão estadual, uma vez que muitos dos “tecnocratas da velha república”, aqueles profissionais que conheciam os caminhos para a obtenção de recursos, já se aposentaram. “É preciso resgatar esses conhecimentos pelos novos servidores e fazer os projetos saírem do papel”, completou. De acordo com o dirigente, depois deste primeiro curso, outros poderão ser realizados.

Durante a solenidade de abertura do curso, o secretário de Agricultura do Estado, Norberto Ortigara, destacou a importância do papel do SENAR-PR como indutor de iniciativas transformadoras como essa. “Como um terço do nosso PIB vem do agronegócio, é o SENAR-PR quem patrocina essa iniciativa. O Estado faz isso por espasmo, as políticas não são contínuas. É preciso estar sempre renovando os quadros e a capacidade de trazer recursos. A gente agradece

essa oferta generosa”, disse.

O curso tem 246 horas de duração divididas em sete módulos que serão cumpridos ao longo de três meses. A turma que iniciou no dia 11, tem 30 alunos e é formada basicamente de técnicos do governo estadual, em sua maioria da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Paraná Projetos, e outras áreas ligadas à atividade agropecuária.

Os servidores públicos estaduais serão dispensados de suas atividades por cerca de dois dias e meio por semana para participar do curso. “A gente está apostando nesse time para que leve para o Estado coisas que possam ser aplicadas no dia-a-dia, para que a sociedade ganhe”, destacou Ortigara.

A iniciativa partiu da percepção de que as grandes transformações no setor agropecuário necessitam da ação do Estado como indutor. Para que os órgãos estaduais tenham condições de direcionar estas mudanças, é necessário um corpo técnico capaz de identificar as fontes de recursos disponíveis e de pleitear estes recursos através da elaboração de projetos consistentes.

O principal objetivo, segundo o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli, “é a capacitação dos técnicos para que elaborem projetos voltados a uma realidade presente e mostrem os caminhos a serem trilhados, no futuro, de ações concretas visando melhorias de condição de vida e bem-estar social”.

A escolha da FAE Business School para esta empreitada é estratégica, porque a instituição possui mais de 56 anos de atuação e reconhecida excelência em gestão de negócios, sendo eleita pelo Ministério da Educação em 2014, pela sétima vez consecutiva, melhor instituição universitária privada de Curitiba. “Nós consideramos essa

iniciativa do SENAR-PR um belo desafio por ser inovadora e estar dentro do espírito das parcerias público-privadas que sempre defendemos”, disse o reitor da instituição, Frei Nelson José Hillesheim.

O objetivo do curso é trabalhar as competências para a elaboração e gestão de um bom projeto, por isso a FAE irá abordar os elementos sugeridos pelo Project Management Institute (PMI), instituto que trabalha padrões globais de gerenciamento de projetos, que vem se tornando modelo para empresas e governos em diversos países.

Metodologia

O curso contará com aulas presenciais, onde os alunos participarão da discussão de casos selecionados do seu cotidiano profissional, para que saibam como aplicar na prática as ferramentas conceituais que estão desenvolvendo.

Também haverá apoio extra classe, através de uma plataforma de Ensino à Distância, que disponibilizará, pela internet, conteúdos complementares, cases para estudo, exercícios, e tutoria com o coordenador do projeto. Ao final do curso, cada aluno terá que apresentar um Projeto de Conclusão de Curso para uma comissão julgadora. Nesta etapa muitos alunos devem aplicar na prática os conhecimentos recebidos para elaborar um projeto.

O coordenador do curso é o professor Fernando Brito, mestre em engenharia da produção e sistemas, consultor com mais de 15 anos de experiência corporativa em empresas nacionais e multinacionais.



FAEP e SETI

Como área estratégica da economia paranaense, a agropecuária não pode ficar refratária às inovações tecnológicas que em boa parte nascem e prosperam no meio acadêmico. Portanto, aproximar a pesquisa e seus resultados à prática do que ocorre no meio rural paranaense, levou a FAEP a iniciar entendimentos com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do governo paranaense. No último dia 9, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, Antônio Poloni e Ronei Volpi, da assessoria do Sistema FAEP, estiveram reunidos com o secretário João Carlos Gomes, da SETI, e com o assessor da Casa Civil, Ramiro Wahrhaftig. O encontro abriu o caminho para que as aspirações e necessidades do setor agropecuário paranaense sejam priorizadas pela área acadêmica do Estado.

VER PARA CRER



Sai de cena o Plano de Aceleração e Crescimento (PAC) e entra o Plano de Investimento em Logística (PIL), que não é o primeiro, mas o segundo, porque o anterior, de R\$ 133 bilhões, lançado em agosto de 2012, fez água. A apresentação oficial, no último dia 09, foi incomum. Em um salão lotado do Palácio do Planalto ouviu-se o Hino Nacional e foi exibido um vídeo de alguns minutos semelhante ao da campanha eleitoral da candidata Dilma Rousseff, mostrando rodovias, ferrovias, aeroportos e portos ótimos, com cenas bem produzidas, mas inverossímeis diante da realidade da infraestrutura existente no país.

Modernizar parte da infraestrutura do país (aeroportos, portos, rodovias e ferrovias) foi a reação do governo federal diante da queda da popularidade da presidente Dilma Rousseff, provocada pela sua própria herança. Desaceleração da economia, aumento do desemprego, onde ponteiavam mais de 36 mil trabalhadores da indústria automobilística afastados de suas funções, - e as denúncias de corrupção na Petrobras.

Porta voz do Plano, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, o mesmo que há um mês contingenciou (bloqueou) R\$ 70 bilhões do

orçamento da União, se esmerou no otimismo ao mostrar nos slides do telão onde se pretende aplicar quase R\$ 198,4 bilhões. Desse total, 65% dos investimentos estão previstos para ocorrer apenas a partir de 2019, já no mandato do próximo presidente da República. Para tentar recuperar a confiança de investidores na economia brasileira, que caminha para ter em 2015 o pior desempenho em 25 anos, com contração superior a 1,5 por cento do PIB, a palavra chave foi concessões. Falar o português claro: privatização, nem pensar, ainda não consta do vocabulário do governo federal.

Na noite de terça feira (09/06), porém, William Bonner, no Jornal Nacional, falando para milhões de brasileiros, foi curto e grosso na manchete em que anunciou o PIL:

- "O governo lança o segundo plano de Privatização", disse ele. Foi às vésperas da realização do Congresso do PT, em Salvador, num ambiente radicalizado por teses contrárias às medidas econômicas que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, persegue. A correta tradução do significado do pacote de concessões feita por Bonner deve ter causado o sabor de um purgante aos petistas.

O primeiro Plano empacou

A reação desconfiada da mídia e dos comentaristas econômicos ao Plano tem justificadas razões. No primeiro Plano de Investimento em Logística, anunciado em agosto de 2012, a previsão do governo era leiloar 7,5 mil quilômetros de rodovias, divididos em nove trechos. Desses, apenas seis foram entregues à iniciativa privada. Depois disso, o programa acabou suspenso por falta de interesse dos investidores nos trechos restantes.

A previsão do governo era construir 10 mil quilômetros de novas ferrovias no país. Porém, nenhum dos trechos foi leiloado. Também não deslançou o primeiro plano do governo para o setor portuário. Apesar de ter autorizado a construção de portos privados, os chamados Terminais de Uso Privado (TUPs), não houve avanço nas licitações de terminais em portos públicos.

Não custa lembrar que no dia 28 de janeiro de 2007, ainda no primeiro mês de seu segundo mandato, Lula lançou o PAC, sob o comando da “Mãe do PAC”, Dilma Rousseff. A cerimônia, com as presenças do mundo político, empresarial e até sindical naquele dia produziu em seguida dois rebentos - o PAC 2 e o PAC 3. Prometeu-se:

- Obras de infraestrutura,
- Medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento,
- Medidas de desenvolvimento institucional
- Medidas de desoneração e administração tributária, e
- Medidas fiscais de longo prazo.

Lá se foram oito anos e agora temos o PIL/2015. Um retrato dos Planos megalomaniacos do governo federal pode ser resumido na interpretação do professor de Administração Pública da Universidade de Brasília (UNB), José Matias-Pereira. Disse ele:

- “Nós temos um problema muito sério de planejamento. O Brasil não sabe para onde quer ir e quando isso acontece, qualquer caminho é válido”.

Um novo trem-bala?

A questão de falta de planejamento está explícita no caso da Ferrovia Bioceânica, sem projetos, sem estudos, com suposta parceria chinesa, mas anunciada com recursos de R\$ 40 bilhões para ligar o Mato Grosso ao Peru. Muitos viram nessa ideia a mesma do trem bala entre São Paulo-Rio, que sumiu do mapa e dos discursos.

Com o caixa quebrado e os grandes bancos estatais cortando crédito e investimentos, o pacote de concessões condiciona empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) à capacidade da empresa concessionária de levantar mais dinheiro no mercado, via debêntures, um investimento facilitado por ter desconto de imposto. Não foram esclarecidos os detalhes das concessões, se outorga, qual a taxa de retorno, etc.

Como lembrou o colunista da “Folha de São Paulo”, Vinicius Torres Freire, os investidores se interessarão desde que hajam “projetos de viabilidade econômica (muitos inexistentes) e cronogramas. Garantia de que não será espoliado, retorno compatível com o custo do investimento e transparência nos critérios da licitação. E uma agência governamental para dar respaldo a esses compromissos, não atrasando a permissão e a conclusão das obras”.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse que os projetos terão agora taxa de retorno “adequada ao risco e às condições de financiamento”, mas não divulgou percentuais. Nas disfarçadas privatizações de outros Planos do governo foram fixadas taxas de retorno consideradas muito baixas pelo mercado, o que reduziu drasticamente o interesse pelos projetos.



As rodovias no Paraná



No pacote do governo veio embrulhada a chamada “Rodovia do Frango”, formada pelas BR-476/153/282/480, que cruzam o Norte gaúcho e catarinense e alcança o Sul paranaense, rumo a São Paulo/Rio de Janeiro. Já prevista para ser feita este ano, a previsão é de R\$ 4,5 bilhões na duplicação do trecho, que passa por União da Vitória e Lapa, no Paraná. O problema que vai se apresentar é o fato de que construída essa duplicação, ela empacará no trecho Lapa-Curitiba, que é concessionada e não duplicada. Teria que ocorrer a delegação do governo federal ao estadual para sua duplicação e evitar o afunilamento do tráfego.

Há previsão também de se completar a duplicação da BR-116 ligando Curitiba a Santa Catarina, também concessionada, com investimento previsto de R\$ 2,5 bilhões. E de R\$ 900 milhões na ligação PR-SC pelo litoral (BR-101 e 376). Esses trechos rodoviários apenas passam pelo Paraná, e todos não exatamente pelas maiores regiões de produção agropecuária.

Ferrovias

Na área de ferrovias, o governo federal simplesmente deletou a prometida e decantada ligação entre Maracaju, no Mato Grosso do Sul, e o Porto de Paranaguá. Sobrou a expectativa da possibilidade de renovação das concessões ferroviárias, o que pode beneficiar o Paraná. O jornal “Gazeta do Povo” divulgou os planos da ALL de investir quase R\$ 2 bilhões no Estado, a metade deste valor depende da renovação.

Portos

No programa federal há previsão de leilões de terminais em Paranaguá e Antonina e a antecipação da renovação de contratos em andamento. O pacote aponta investimentos de R\$ 103 milhões para um projeto de construção de um terminal de uso privativo em Pontal do Paraná. Esse projeto está dentro da atual Poligonal do Porto de Paranaguá. A definição da mudança dessa nova área de abrangência, porém, está sub-judice, paralisada por um mandado de segurança com liminar obtida por entidades paranaenses. Se o governo federal está de fato desejando estimular a melhoria dos grandes terminais de exportação, bastaria a Secretaria dos Portos agilizar medidas para conseguir na Justiça o estabelecimento da nova Poligonal. Pela nova Lei dos Portos, os terminais privativos, como seria o caso de Pontal do Paraná e de outras áreas, não estão obrigados ao pagamento de outorgas ao governo federal e também de utilizarem a mão de obra dos estivadores avulsos, sem contar que não estão sujeitos a burocracia oficial, no caso de licitações ou compras.

Veja nas ilustrações as áreas do Porto de Paranaguá constantes do Programa de Investimento em Logística.





Lula e o trem-bala



Em 13 de julho de 2010, o então presidente Lula afirmou: “Queremos que o trem-bala esteja pronto até as Olimpíadas de 2016. Acho plenamente possível inaugurar essas obras até 2016. A gente pode acertar qualquer coisa desde que o objetivo seja entregar a obra da melhor qualidade possível e no menor prazo possível”.

Mato Grosso do Sul aposta na ligação ferroviária Maracaju-Cascavel

Nove de abril de 2013 o governo federal deverá licitar no mês de maio a ligação ferroviária entre Maracaju (MS) e Cascavel (PR). A informação é de Bernardo Figueiredo de Oliveira, presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), ligada ao Ministério dos Transportes. As obras a serem feitas integram o Programa de Investimentos em Logística: Rodovias e Ferrovias, lançado pela presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2012.

A soja na bio-oceânica

O custo do transporte de uma tonelada de soja de Lucas do Rio Verde (MT) até Xangai, na China, sai por US\$ 120,43 se a mercadoria for embarcada no Porto de Santos (SP). Pelo Porto de Ilo, no Peru, o frete sai a US\$ 166,92. Uma diferença de US\$ 46,49 por tonelada.

O cálculo não leva em conta o custo de construção da ferrovia, que ainda não existe. A depender do traçado, pode chegar a 3.650 km, dos quais mais de 1.000 km atravessam os Andes. Só a parte brasileira custaria R\$ 40 bilhões.

Fonte: União Internacional de Ferrovias, em “O Estado de S. Paulo”.

Setor em Choque

Aumento da energia elétrica para avicultores passa de 67%

Por Ariana Weiss Sera, médica-veterinária do DTE/FAEP.



O aumento nas tarifas de energia elétrica vem preocupando os avicultores paranaenses, que dependem diariamente do funcionamento de equipamentos elétricos em seus aviários. A evolução da tecnologia tem melhorado os índices zootécnicos na produção avícola, mas o investimento é alto e a maioria dos equipamentos depende da energia elétrica.

Quanto mais fechado o galpão, maior é o gasto de energia

e o que mais consome é o aviário “dark house”, devido aos sistemas de iluminação e ventilação. O galpão com pressão negativa necessita de sistemas para ventilação. Essa combinação de investimento em tecnologia e custo de energia elétrica interfere diretamente na rentabilidade da produção e vem sobrecarregando o bolso do avicultor nos últimos anos.

Para avaliar melhor as dimensões desse impacto, vale analisar o modelo de aviário comumente instalado na região Sudoeste do Paraná, que possui o 4º maior efetivo total de frangos no Estado segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O modelo possui 100 metros de comprimento por 12 metros de largura, sistema de pressão negativa e, basicamente, conta com comedouros automáticos, bebedouros tipo Nipple, seis exaustores e nebulização de média pressão, além do painel de controle. Esse aviário consome aproximadamente 2150 kWh por lote de frango produzido em condições de normalidade.

No Sudoeste, o levantamento dos custos de produção realizado pela FAEP, em abril desse ano, revelou aumento de 5,25% no custo variável e 7,46% no custo total de produção em relação a maio de 2014. Entre os itens que compõem o custo total, a energia elétrica garantiu a liderança no ranking dos maiores reajustes. Em 2014 a energia representou 5,52% do custo total de produção e saltou para 8,59% em 2015, registrando aumento de 3,07% conforme mostra o quadro abaixo.

Em função da alta demanda e dos baixos investimentos no setor elétrico, ocorreram reajustes das tarifas bem acima da inflação. Houve um aumento de 67,10% nas faturas rurais analisadas no período de dezembro de 2014 a maio desse ano, conforme o quadro ao lado.

De acordo com a Companhia Paranaense de Energia (Copel), nesse período, o valor médio do kWh rural (sem ICMS) passou de R\$ 0,176 para R\$ 0,294, registrando aumento de R\$ 0,118 por kWh. Sendo assim, o modelo aviário da região Sudoeste (12x100) sofreu um aumento de R\$ 254,67 na fatura de energia elétrica, passando de R\$ 379,55 em dezembro de 2014, para R\$ 634,22 em maio desse ano.

As simulações foram realizadas com base na tarifa de energia rural noturna, alíquotas de consumidores localizados em área rural e valores da bandeira

CUSTOS DE PRODUÇÃO

01 aviário 100x12m Consumo de energia: 2150 kWh/lote	Dez/14	Mai/15	2014/2015
Custo médio do kWh sem ICMS	R\$ 0,176	R\$ 0,294	67,10%
Custo energia elétrica por lote	R\$ 379,55	R\$ 634,22	
Custo da energia sobre o custo total de produção do lote	5,52%	8,59%	3,07%

vermelha. Produtores rurais que se encontram devidamente cadastrados no Programa de Energia Rural Noturna possuem tarifas com valores reduzidos no período noturno.

Em relação ao aviário modelo desse estudo o valor do kWh diurno em maio desse ano foi de R\$ 0,346 e o noturno de R\$ 0,173, média de R\$ 0,294 por kWh. O quadro 02 mostra a composição dos valores, ressaltando o aumento na tarifa de energia e o impacto causado pela bandeira vermelha implantada a partir de fevereiro desse ano, segundo dados da Copel.

Além do alto custo, o produtor sofre com falhas na transmissão ou até mesmo interrupções no fornecimento da energia elétrica. Conforme mencionado anteriormente, o avanço da tecnologia proporcionou modelos de aviários que favorecem o conforto térmico das aves e facilitam o manejo do galpão. Entretanto, a infraestrutura das linhas de transmissão da energia necessária para manter esse aumento da produção não acompanhou a ascensão da avicultura paranaense.

As quedas na transmissão de energia elétrica elevam a taxa de mortalidade das aves e geram gastos com alternativas para manter o funcionamento dos galpões, causando aumentos consideráveis nos custos

SIMULAÇÃO DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA						
01 aviário 100x12m Consumo de energia: 2150 kWh/lote	Dez/14		Fev/15		Mar/15	
	DIURNO	NOTURNO	DIURNO	NOTURNO	DIURNO	NOTURNO
Tarifa Energia (R\$/kWh) sem tributos	R\$ 0,210	R\$ 0,080	R\$ 0,210	R\$ 0,080	R\$ 0,270	R\$ 0,110
Tarifa Bandeira Verm (R\$/kWh) sem tributos	-	-	R\$ 0,019	R\$ 0,008	R\$ 0,055	R\$ 0,055
Alíquota do PIS/COFINS	4,50%	4,50%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Custo médio/kWh sem ICMS	R\$ 0,215	R\$ 0,086	R\$ 0,239	R\$ 0,096	R\$ 0,347	R\$ 0,174

de produção. Aviários que contam com geradores de energia garantem a continuidade da produção, mas os custos sobem radicalmente com o valor de aquisição e o custo para o funcionamento do gerador a diesel.

Com todas as dificuldades, é notório o empenho dos produtores rurais e agroindústrias para manter o ritmo de crescimento acelerado. Segundo o Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar), o Paraná cresceu quatro vezes mais em relação à média brasileira em 2014. Porém, os reajustes na energia elétrica vêm causando impactos negativos ao produtor.

ORIENTAÇÕES AOS PRODUTORES SOBRE O PROGRAMA TARIFA RURAL NOTURNA

Em levantamento realizado pelo Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP, sobre os aumentos nos custos de energia elétrica, foi constatado que alguns avicultores estavam com cadastros desatualizados ou sem cadastro no Programa Tarifa Rural Noturna, o que onera mais ainda a fatura

da energia elétrica.

Diante disso, há necessidade de informar aos produtores para que mantenham seu cadastro atualizado na Copel.

As propriedades localizadas em áreas rurais possuem tarifas de energia elétrica isentas de ICMS.

Diante disso, o produtor deve verificar junto à Copel se sua unidade consumidora encontra-se inscrita no Programa Tarifa Rural Noturna. O desconto abrange atividades rurais que demandam energia elétrica no período noturno.

É importante evitar atrasos no pagamento de qualquer fatura emitida. Nesse caso o desconto será suspenso até que o pagamento seja efetuado, não havendo desconto na fatura do mês seguinte.

Com todo o respeito: as mulas

O passado na história e no presente valorizada

Por Hemely Cardoso / Fotos: Arquivo Pessoal Célia



Lolita: a mula foi avaliada em mais de R\$ 60 mil

Pela sua presença na história passada e presente deste país, ela está por merecer uma revisão pelo modo em que é geralmente tratada pela população. Estamos falando das mulas, esses simpáticos muarees cujo nome serve de pejorativo (depreciativo) para classificar cabeças ocas ou desprovidas de um grau razoável de inteligência. Esses animais marcaram a colonização do país levando no lombo cargas pesadas e foram a logística do tropeirismo nas regiões Sul e Sudeste do país, ajudaram a construir ferrovias e as primeiras picadas que virariam estradas. Foi, afinal, com o trabalho desses animais que portugueses e brasileiros descobriram esta terra.

Um exemplo disso, de acordo com alguns historiado-

res, Dom Pedro I não montava um cavalo castanho-escuro como foi retratado na pintura de Pedro Américo de Figueiredo Mello, em 1888, durante “O Grito do Ipiranga” (1822). Na verdade, o imperador, acometido por um tremendo ‘piriri’, estava sobre o lombo de uma mula amarelo-avermelhada, segundo pesquisadores, quando se aliviou e declarou a independência do Brasil.

De lá para cá, o resultado do cruzamento do jumento com a égua enclacrou na memória nacional o estereótipo de um animal pequeno e desinteressante. Ledo engano. Resultado de experiências genéticas que lhe conferiu mais altura, imponência e novas habilidades, esse animal teve uma valorização impensável



Célia Regina Hilgemberg Vilela Costa

para a raça. Por alguma beleza e certos dotes, uma mula de elite é vendida hoje entre R\$ 20 mil e até acima de R\$ 100 mil.

“Essa é a hora das mulas, com os cruzamentos e genética elas ganharam mais jeito de cavalo ao longo dos anos. Isso resulta em burros (machos) e mulas (fêmeas) com uma morfologia alterada, de grande porte”, explica a produtora e criadora Célia Regina Hilgemberg Vilela Costa. Na Fazenda São Joaquim, a 20 quilômetros de Ponta Grossa, ela e o marido, Márcio Vilela Costa, criam na propriedade mais de 100 animais, entre jumentos, jumentas, burros e mulas.

Nesse rebanho, o xodó de Célia é Lolita, uma mula de sete anos, dócil (domada), com uma pelagem ruana (avermelhada, ruiva) e marchadeira, resultado do cruzamento do jumento com a égua manda-larga. Quando a luar tinha apenas seis meses de idade, a criadora conta que recebeu a proposta para vendê-la por R\$ 60 mil, devido ao porte e ao prêmio de campeã nacional na categoria morfologia, quando são avaliados os aspectos das canelas, orelhas e pescoço, durante as competições. Apesar da alta oferta, Célia preferiu recusar: “Escolhi a Lolita como a minha mula para as cavalgadas”.

Segundo a criadora, Lolita vale tanto porque, além do porte e do pelo brilhante, também aprendeu a marchar, característica que fez explodir um outro mercado – o de competições regionais e nacionais de marcha de muares.

Mercado

Há pouco mais de 10 anos, ela e o marido, que cultivam grãos e criam cavalos da raça quarto-de-milha, investiram na criação de muares. De lá para cá, Célia comenta que os

negócios só evoluíram. A jumenta Deusa do São Joaquim é um exemplo disso. “Já me ofereceram mais de R\$ 100 mil pela Deusa, mas não aceitei porque ela é uma campeã nacional”, revela.

Somente no mês passado, o casal vendeu oito animais e foi premiado com a exposição de quatro animais (dois burros, um jumento e uma jumenta) durante a Exposição Nacional do Jumento Raça Pêga (Enapega), em Belo Horizonte (MG), no período de 31 de maio a 7 de junho. Hoje o carro-chefe das vendas do casal é a venda de jumentos reprodutores e de pista, além de mulas e burros.

Manejo



A mula é classificada como um animal de elite quando possui canelas finas, orelhas grandes em pé e um pescoço alongado e delicado, segundo Célia. Ela observa que o animal é resistente, extremamente inteligente, ouve e enxerga melhor na comparação ao cavalo. Em relação ao temperamento, tanto a mula como o burro são arreadios, por isso é necessário domá-los, algo que leva em torno de três anos. Depois desse processo, se tornam animais dóceis e de fácil manejo.

No caso dos jumentos, por exemplo, além da rusticidade, a principal característica é a docilidade. “Eles se apegam ao dono e são muito dengosos”, conta.

Para estimular o acasalamento entre os jumentos e as éguas, ela explica que desde cedo os potrinhos (três meses) convivem com as equinas. “O cruzamento é uma das dificuldades porque eles estranham as éguas”. Tirando isso, a produtora garante que o manejo dos animais é simples. “A gente acaba se apaixonando por eles e é muito gratificante criá-los”, comenta.

A história

Enquanto o cavalo possui 64 cromossomos e o jumento possui 62, os muares (burros e mulas) nascem com 63 cromossomos, por isso são estéreis. A história das mulas no Brasil remonta ao século XVII, quando a explosão da exploração do ouro na região onde hoje é o Estado de Minas Gerais, gerou a necessidade de se transportar mantimentos para abastecer os povoados que começavam a nascer e crescer pelo interior do país.

Do trabalho entre o homem e a mula nasceu o tropei-

ro, que era quem levava todo tipo de mercadorias para a região das minas de ouro. A agricultura e a criação de gado haviam sido proibidas pela Coroa, para que a população se dedicasse exclusivamente à mineração. Na volta, vinham carregadas do metal precioso. Mas havia uma grande dificuldade: as mulas estavam no extremo Sul do país, onde chegavam contrabandeadas do Uruguai. Então era necessário fazer a longa viagem para trazê-las ao Sudeste. Uma destas viagens que ficou famosa, foi a de Reinaldo Silveira, que saiu de Ponta Grossa, no Paraná, até Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, acompanhado por sete peões. De 28 de julho a 19 de novembro de 1881, eles caminharam por estradas estreitas beijando precipícios, enfrentaram fortes chuvas que atrasaram a viagem 20 dias, atravessaram a nado 12 rios, entre outros tantos que cruzaram com canoas construídas por eles mesmos, para buscar uma tropa de 550 animais. Desse total, 22 mulas não chegaram ao destino final, pois morreram ou se perderam pelo caminho.

De lá para cá, nos rincões do Brasil ou mesmo próximo às capitais, mulas e burros nunca saíram de cena. Eles continuam sendo usados para serviços no campo, como no manejo de bovinos, cavalgadas ou romarias. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) divulgados em 2012, o rebanho de muares somava 1,4 milhões de cabeças em todo o país e no Paraná concentrava 39.132 animais.

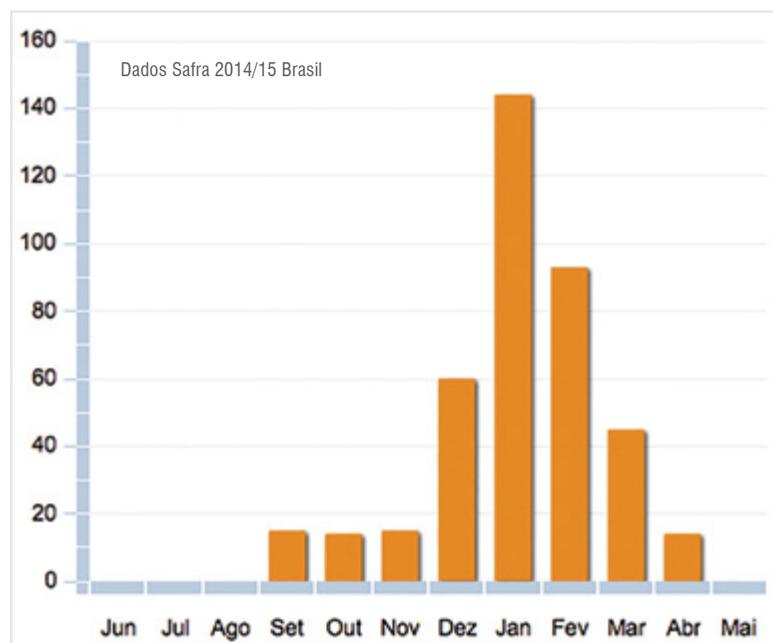
O Brasil possui o maior rebanho de equinos na América Latina e o terceiro mundial, com oito milhões de cabeças, entre muares e asininos (asnos). O setor movimentou no passado R\$ 7,3 bilhões, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Motos

O uso de mulas e burros é muito comum no dia a dia dos pecuaristas, justamente por causa da resistência desses animais. Uma mula, por exemplo, pode cavalgar em torno de 70 quilômetros por dia, segundo Célia. Mas, esses muares estão sendo substituídos pelo uso de motos, que se popularizaram no campo e se tornaram comuns em serviços como transportar leite, manejar o gado e facilitar as viagens para a cidade. No país há mais de 19 milhões de motocicletas circulando e 1.057 milhões de motos no Paraná, segundo dados divulgados pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em abril de 2015. Não há nenhuma estatística oficial que calcule a frota utilizada no campo, no entanto, com esses números já dá para imaginar o quanto a moto é presente nas propriedades rurais.

Vazio sanitário no PR

O período do vazio é de 15 de junho a 15 de setembro



Fonte: Site Consórcio Antiferrugem

No próximo dia 15 de junho começa o período do vazio sanitário no Paraná, que se estende até 15 de setembro. Durante esses três meses os produtores não podem manter nenhuma planta viva de soja no campo, para que não ocorra a disseminação do fungo *P. pachyrhizi*, causador da ferrugem-asiática. Respeitando o vazio sanitário da soja o produtor evita a incidência da doença durante a safra de soja.

“A grande maioria dos produtores paranaenses respeitam o vazio sanitário, esse resultado pode ser comprovado nos levantamentos feitos pelo Consórcio Antiferrugem (veja gráfico), que mostram um retardamento do aparecimento de focos iniciais de ferrugem nas lavouras paranaenses.

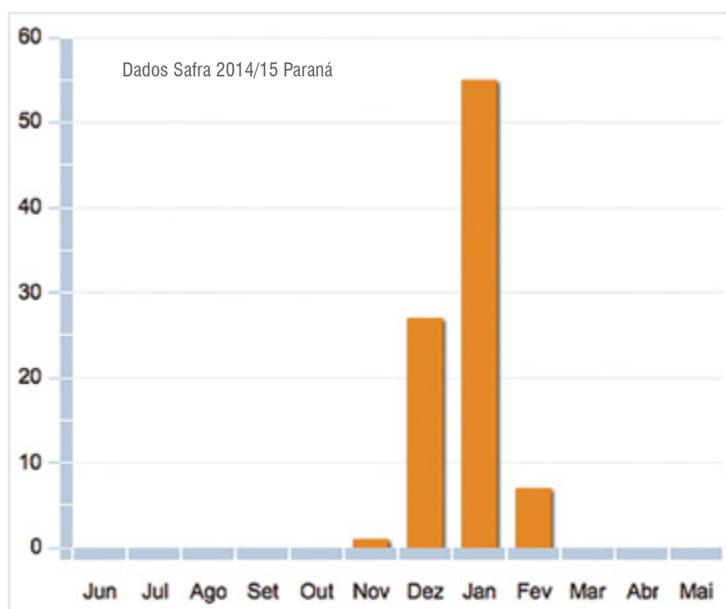
Essa postura do produtor é fruto do atendimento ao vazio sanitário da soja e das constantes campanhas informativas das entidades ligadas à agricultura no Estado”, avalia a engenheira-agrônoma Maria Celeste Marcondes, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

Maria Celeste informa também que até o dia 14 de junho os produtores podem ser notificados pelos

fiscais de Defesa Agropecuária da Adapar quando constatado a presença de plantas de soja e orientá-los sobre a necessidade de eliminação. A partir do dia 15 de junho, caso as plantas não tenham sido retiradas, os produtores podem ser autuados e sofrerem as sanções legais previstas na Lei Estadual nº 11.200 de Defesa Sanitária Vegetal.

Analisando o gráfico pode se verificar que o número de registros de focos na fase inicial do plantio da soja (parte de setembro/outubro/novembro) nas lavouras do Paraná é quase zero, ao contrário do registrado no restante do país. A agrônoma da Adapar esclarece que quando o produtor realiza o monitoramento e controle da doença na sua lavoura, a presença dos esporos nos meses de dezembro e janeiro representam baixos riscos de perda de produtividade, pois são nesses meses que o fungo se prolifera significativamente no campo devido principalmente as condições climáticas favoráveis.

www.consorcioantiferrugem.net



Fonte: Site Consórcio Antiferrugem

O Dia “D”

A Invasão da Normandia

Há 71 anos, o 06 de junho de 1944 ficou conhecido como o “Dia D”. Forças norte-americanas, inglesas e canadenses desembarcaram na Normandia, no Noroeste francês, iniciando a libertação da França e o começo da derrota nazista na Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939.

A operação foi chamada ‘Overlord’ (em inglês, suserano) efetivou-se um dia após os primeiros ataques de paraquedistas à retaguarda alemã. O primeiro plano de invasão, com um complexo desembarque anfíbio começou a ser desenhado em 1941, quando a Alemanha ainda não tinha atacado a União Soviética, abrindo a chamada frente oriental.

O principal obstáculo era o formidável conjunto de construções defensivas alemãs, conhecidas como “Muralha do Atlântico”. A escolha das praias da Normandia ocorreu devido à topografia, amplas e planas o bastante para permitir a manobra de grandes quantidades de tropas e veículos.

Outra questão importante era sua posição geográfica. “Essas praias ficavam a menos de 200 quilômetros do Sul da Inglaterra. Essa proximidade fez com que as linhas de abastecimento ao longo do Canal da Mancha pudessem manter um incrível volume de suprimentos e pessoal fluindo para a área da invasão”, relatou o historiador

Martin Morgan, do Museu Nacional do Dia D, existente em Nova Orleans, nos Estados Unidos.

Mais de 6 mil navios partiram das ilhas britânicas rumo à Normandia, transportando centenas de tanques e outros veículos militares, além de mais de 130 mil soldados. A data foi escolhida por causa das marés, que asseguravam boas condições para desembarque em apenas seis dias por mês.

Desembarcaram em cinco praias da Normandia, conhecidas pelos codinomes Utah, Omaha, Gold, Juno e Sword. Em quatro delas, o desembarque ocorreu quase sem oposição, mas na praia de Omaha os aliados encontraram feroz resistência alemã.

Enquanto os navios desembarcavam soldados nas praias, os aliados arrasavam as defesas do inimigo com 11 mil aviões baseados no Sul da Inglaterra praticamente sem oposição aérea dos alemães, porque grande parte de seus caças fora deslocada para a frente oriental da guerra, contra a União Soviética.

Ao final do dia 06 de junho, os aliados haviam instalado suas forças nas cinco praias previstas para o desembarque. De aproximadamente 73 mil americanos, 83 mil britânicos e canadenses, houve baixas de apenas 5 mil homens, incluindo mortos, feridos e desaparecidos.

O sucesso da invasão também ocorreu pela criação de uma





grande operação para levar os alemães a acreditar que o principal ataque seria realizado contra a zona de Pas-de-Calais, o ponto mais próximo da costa inglesa. O desembarque ocorreu a 400 quilômetros de Calais.

“Hitler estava dormindo”



Os aliados efetuaram pesados bombardeios sobre esse porto francês, aumentaram o número de comunicações por rádio na região e foram produzidos milhares de tanques de lona e materiais falsos, para que pudessem ser fotografados pelos alemães. Assim chegaram à conclusão de que o ataque de fato ocorreria naquela região.

Historiadores americanófilos (simpatizantes dos americanos)

narram que havia três divisões Panzer (de veículos blindados) que poderiam resistir ao ataque, mas que só se movimentariam sob ordens diretas de Hitler. Os generais alemães, segundo eles, telefonaram para Berlim pedindo reforços para a Normandia autorização para mover as divisões blindadas, mas durante toda a manhã Hitler estaria dormindo e ninguém se atreveu a acordá-lo.

“Quando Hitler acordou, só cedeu perante a insistência de seus generais, mas só ao início da tarde de 6 de junho é que autorizou que as duas mais poderosas divisões blindadas alemãs no ocidente da Europa – a 12ª Div. Blindada SS e a Div. Blindada Panzer-Lehr – se movimentassem. Foi demasiado tarde”, escreveram.

Estava aberto o caminho para cerca um milhão e meio de soldados adentrarem o território francês rumo à capital, Paris. No dia 25 de agosto de 1944 a resistência francesa juntamente com os aliados tomaram Paris. Em seguida, marcharam em direção à Alemanha, que ficou encurralada entre o ocidente (EUA e Inglaterra) e o oriente (União Soviética).

As tropas russas, porém, marcharam mais depressa rumo a Berlim. Em fevereiro de 1945, o exército soviético se encontrava a 150 quilômetros da capital alemã. Em março, soldados norte-americanos se entraram no território alemão; no mês de abril, ingleses, norte-americanos e russos alcançaram os arredores de Berlim, mas foram os soviéticos que fincaram a bandeira vermelha com a foice e o martelo no bunker, onde Hitler se refugiava, em 02 de maio de 1945. Hitler nomeou como presidente do III Reich o almirante Karl Doenitz e seu ministro da Propaganda, chanceler Joseph Goebbels. Logo em seguida, Hitler e sua mulher, Eva Braun, suicidaram-se.



Apesar de 08 de maio de 1945 ter entrado para a história como o dia em que a Alemanha assinou sua capitulação, o Japão continuou a combater os exércitos aliados. Somente após o lançamento de duas bombas atômicas pelos americanos sobre Hiroshima e Nagasaki, nos dias 06 e 09 de agosto de 1945, o país asiático assinou sua capitulação, em 02 de setembro. Só então a Segunda Guerra Mundial chegou, de fato, ao fim.

Organização para ganhar qualidade

A iniciativa surgiu a partir de uma turma do Programa Empreendedor Rural oferecido pelo SENAR-PR

Por Katia Santos



Organizar um grupo de produtores para fazer o Programa Empreendedor Rural (PER), foi essa tarefa que o médico-veterinário, Tiago Mantovani, 30 anos, de Santo Antônio da Platina, recebeu em 2013 durante um dia de campo organizado pela Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte da FAEP. A escolha dos participantes mudou o rumo do grupo que, após a conclusão do curso, caminha para a organização de uma pequena cooperativa de produtores que querem produzir e oferecer ao mercado um produto diferenciado com mais valor agregado.

A escolha dos participantes atendeu ao critério de mesclar produtores rurais e jovens filhos de produtores, com visão empreendedora que estivessem se preparando para a sucessão familiar na propriedade. O foco inicial dos participantes do curso era a busca por soluções para questões administrativas da propriedade.

“Descobrimos problemas comuns nas propriedades e começamos a pensar em como solucioná-los. Ao final do curso não podíamos perder a liga do grupo. Foi então que fiz um convite para que continuássemos as discussões no ano seguinte”, comenta Mantovani.

Com apoio do Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina um grupo menor, de 12 produtores, aceitou o desafio e passaram a se reunir na busca de solução para dois problemas comuns na comercialização: **1)** Como resolver à falta de volume de venda, e **2)** a regularidade de entrega.

Os participantes do grupo ressaltam o papel do sindicato no processo de aprimoramento dos produtores. “Além de ceder espaço e infraestrutura para as reuniões, o sindicato tem financiado cursos, visitas técnicas a eventos e à propriedades modelo”, comenta Mantovani.

“Esse grupo de pecuaristas quer se organizar não para vender boi, mas para vender carne de qualidade”, afirma o presidente do sindicato de Santo Antônio da Platina, José Afonso.

“A partir das iniciativas e sugestões que a FAEP faz aos produtores, nós procuramos estimular o aprimoramento técnico do produtor. Esse é o nosso objetivo. Dentro do possível, sempre atendemos as reivindicações de capacitação que chegam ao sindicato. Esse grupo de pecuaristas quer se organizar não para vender boi, mas para vender carne de qualidade”, afirma o presidente do sindicato, José Afonso Junior.



Os próximos eventos agendados para o grupo são: um curso sobre corte de carnes nobres em Curitiba e uma visita técnica à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), onde os produtores vão buscar informações sobre a produção de boi precoce.

Venda coletiva

Ao longo de 2014, foram sete encontros e as discussões apontaram para metas de trabalho para este ano. Entre elas a realização de visitas técnicas nas propriedades dos participantes para avaliação individual e a definição de critérios técnicos para conseguirem estrutura de produção para abate e venda de animais de forma coletiva.

Inicialmente o grupo contou com a orientação técnica do instrutor do curso, produtor rural e médico-veterinário, Cristiano Leite. “Eu sou o único produtor de Cornélio Procópio e resolvi continuar no grupo pelo engajamento dos participantes. Com certeza conseguiremos consistência de produção para oferecer um produto unificado e uma comercialização, que garanta um diferencial econômico para os produtores. Já conseguimos um adicional na comercialização que varia de 3 a 10% no preço da arroba, mas esse percentual pode chegar a 20% ou mais, dependendo do que o mercado vai nos apontar e qual raça vamos produzir”, comenta Leite.

“O mais difícil nós já fizemos que foi reunir pessoas de características diferentes em torno de um propósito comum, o resto virá por consequência.”, afirma Tiago Montavani.

Os participantes encontraram durante este processo de discussão e estudo um ponto convergente entre as propriedades: a base genética com predominância de vacas nelores e definiram também objetivos que esperam alcançar no segundo semestre desse ano:

1 - Produzir animais que permitam abate com tempo menor de 24 meses; **2** – Produzir animais com acabamento de carcaça de cinco milímetros de gordura; **3** – Produzir animais com peso mínimo de 18 arrobas para machos e 13 arrobas para fêmeas.

A bovinocultura de corte na região Norte perdeu espaço no campo para a produção de grãos e acabou sendo empurrada para as áreas declivosas. Esse fator tem exigido dos produtores a busca por novas alternativas tecnológicas.

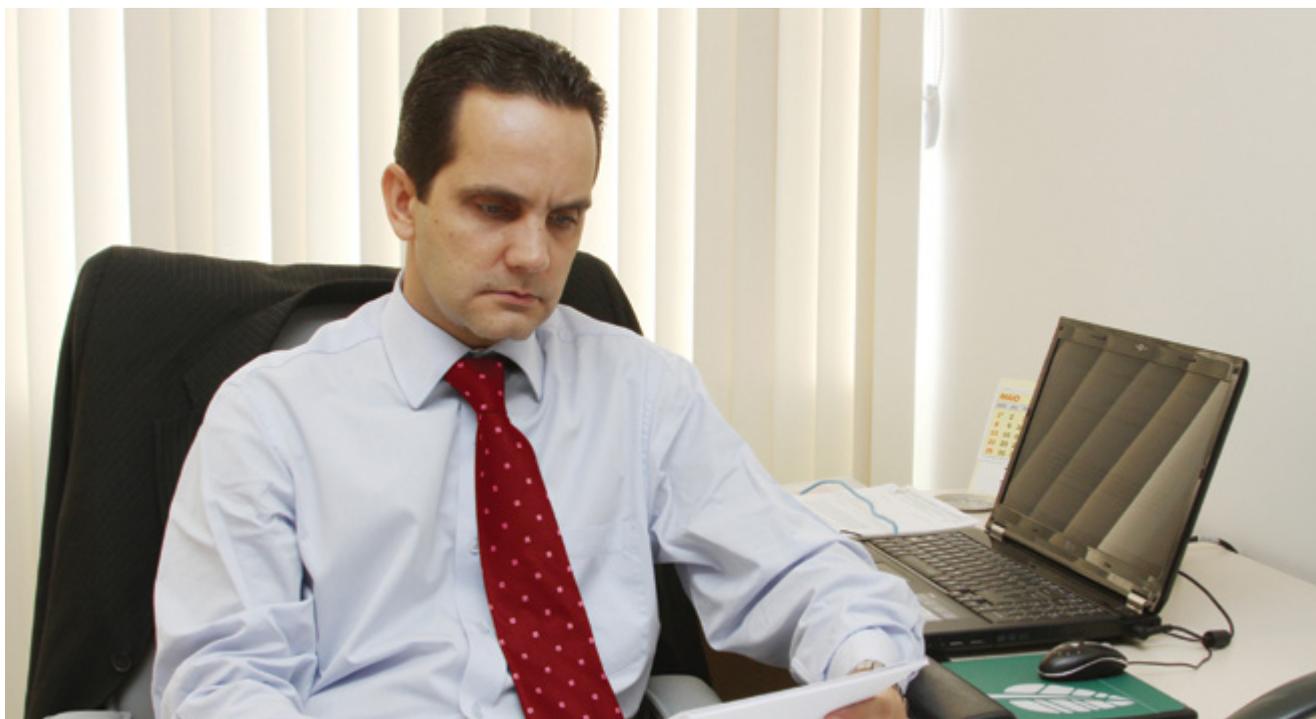
O coordenador do grupo de pecuaristas conta que o grupo já alcançou vários resultados e cita o aumento da oferta de bezerros cruzados com raças europeias graças à tecnologia de Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF).



“Além de incorporar tecnologia ao processo de produção adotamos uma prática de acompanhar o abate e avaliarmos em grupo as carcaças. Assim conseguimos mais informações e dados para orientar o trabalho na propriedade, pois nossa grande meta é a aliança mercadológica. O mais difícil nós já fizemos que foi reunir pessoas de características diferentes em torno de um propósito comum, o resto virá por consequência.”, finaliza Montavani.

Por que a terceirização?

O Projeto de Lei nº 4.330 está sendo discutido há mais de 12 anos no Congresso e divide parlamentares, centrais sindicais e sindicatos patronais



“Eu mesmo não sei o que é atividade fim e atividade meio”, disse o ministro do Trabalho, Manoel Dias, sobre o Projeto de Lei que regulamenta a terceirização do trabalho para uma plateia de mais de 220 empresários durante um almoço promovido pela empresa Lide Grupo de Líderes Empresariais. O evento aconteceu no dia 18 de maio, em São Paulo. Se o próprio ministro afirmou que não sabe a definição das atividades é natural que surja uma polêmica em torno do projeto de Lei nº 4.330. A proposta está sendo discutida há mais de 12 anos no Congresso e divide parlamentares, centrais sindicais e sindicatos patronais.

O projeto, se aprovado, vai beneficiar milhares de produtores porque regulamenta as atividades fins nas propriedades rurais. Hoje, por exemplo, sem a definição clara de atividade fim, o produtor não pode terceirizar o serviço de colheita ou plantio devido ao risco de sofrer penalidades impostas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Em entrevista à repórter Hemeily Cardoso, o assessor jurídico da FAEP, Klaus Dias Kuhnen, desmistifica e esclarece os principais pontos do Projeto de Lei que se tornaram alvo de manifestação e polêmica. Segundo Klaus, a regula-

mentação da terceirização de serviços no campo representa um avanço para o agronegócio brasileiro. “Com a regulamentação teremos vários benefícios: qualidade dos produtos e serviços, eficiência econômica com aumento da competitividade e geração de mais e melhores empregos formais no campo”, avalia.

Boletim Informativo - Afinal, como está a tramitação do Projeto de Lei nº4.330?

Klauss – O projeto está no Senado, onde os senadores poderão fazer alterações e apresentarem emendas à proposta. Caso isso ocorra, o Projeto de Lei retorna à Câmara

dos Deputados para a discussão das emendas, para depois à sanção da presidente Dilma Rousseff. No caso de não ocorrerem alterações no Senado, esse projeto vai ser encaminhado à presidente Dilma Rousseff, que pode sancioná-lo ou vetá-lo no todo ou em parte. Contudo, esse veto será objeto de nova deliberação no Congresso, que pode derrubá-lo.

BI – Ou seja, o caminho é longo...

Klauss – Estamos acompanhando e houve um avanço nas discussões, mas ainda há um longo caminho a percorrer no processo legislativo com a possibilidade de emendas e vetos. E, infelizmente, agora assistimos membros do governo e o ex-presidente Lula pedindo o veto à presidente, e se isso ocorrer o projeto retorna ao Congresso para deliberação em relação à matéria vetada.

BI - Na maioria dos países produtores de alimentos, como Argentina, México e Estados Unidos, por exemplo, a terceirização é comum nas atividades agrícolas. Por que isso não ocorre por aqui?

Klauss – Em países como Estados Unidos, onde o Sistema FAEP promoveu no ano passado uma viagem técnica, a terceirização já é utilizada há muito tempo e com

alto índice de sucesso e aproveitamento. Por quê? Porque quando se trata da terceirização estamos falando da especialização, ou seja, o produtor ou empregador poderá contratar empresas que tem em seu quadro funcional colaboradores técnicos especializados em diferentes segmentos para trabalhar na propriedade. Diferentemente do Brasil, a terceirização no campo é bem difundida nesses países. No caso do México, por exemplo, antes da aprovação da lei de terceirização, o país tinha uma altíssima taxa de desemprego. Após a regulamentação da terceirização, se pegarmos o exemplo do mês de maio de 2014, o México se posicionou entre os países com menor taxa de desemprego no mundo, com 5,1%. Portanto, as empresas mexicanas se especializaram e aumentou a contratação de mão de obra para atender essa demanda.

BI – O que ocorreu no México é o oposto do que é divulgado pela Central Única de Trabalhadores (CUT), como a redução de postos de trabalho caso o Projeto de Lei seja aprovado. Quais são os principais fundamentos dos opositores em relação à terceirização nas atividades econômicas?

Klauss – Um dos pontos é a redução nos postos de trabalho, sob o argumento de que

o empregador vai demitir os seus funcionários e contratará funcionários terceirizados para diminuir custos. Outra questão apontada é a precarização das relações porque quando você contrata uma empresa terceirizada, a relação não é direta com os colaboradores que irão prestar o serviço. Com o projeto é fundamental deixarmos bem claro que não vão ocorrer perdas de direitos trabalhistas. A contratação será de uma empresa que dispõem de trabalhadores em seu quadro, com todos os direitos trabalhistas existentes. Ou seja, a empresa terceirizada vai continuar recolhendo FGTS, PIS, garantindo férias, etc, para o seu empregado. Não haverá de forma alguma perda de direitos trabalhistas.

BI - A CUT alega em seu site que os trabalhadores terceirizados seriam prejudicados, porque: ocorreriam mais acidentes de trabalho; redução de 25% nos salários e jornada semanal de três horas a mais de trabalho. Isso é verdade?

Klauss – Volto a repetir, os chamados trabalhadores terceirizados possuem todos os direitos trabalhistas de um “não terceirizado”. Entre esses direitos estão a saúde e a segurança no trabalho com a observação de toda a legislação pertinente. O fato de ter





um trabalhador terceirizado na propriedade ou empresa, não significa que você vai deixar esse trabalhador ausente dos cuidados que a lei exige, como por exemplo, a NR 31, que regulamenta a matéria no âmbito rural.

Em relação a trabalhar mais ou menos horas, a legislação também é muito clara, não há como exigir maior carga horária diária, semanal ou mensal. Isso é uma tentativa desesperada de confundir as pessoas para que sejam contra o Projeto de Lei. A terceirização, ao contrário do que se preconiza principalmente para algumas centrais, que é o caso da CUT, traz segurança jurídica nas relações de trabalho. Hoje, devido à ausência de definição de atividade meio e atividade fim há uma insegurança jurídica muito grande na relação trabalhista nesse contratos.

BI - O principal ponto do Projeto de Lei tem a ver com as atividades meio e fim. Há alguma dificuldade de entender o que é uma ou outra. Afinal, o que é uma atividade meio e uma atividade fim?

Klauss - Na agricultura, por exemplo, nós temos várias situações de juízes entendendo que determinada prestação de serviço é atividade meio e outros interpretando que é uma atividade fim. O produtor vai poder terceirizar e dentro disso garantir todos os direitos dos trabalhadores. O principal conceito de ativida-

de meio é aquela que não é inerente ao objetivo principal da empresa; trata-se de serviço necessário, mas que não tem relação direta com a atividade principal da empresa. Por exemplo, numa empresa de vendas, o setor de informática é a atividade meio para que essa empresa alcance as suas metas. Atividade fim é a atividade que identifica a área de uma empresa, na qual são desenvolvidas processos de trabalho que dão característica evidente às ações que por definição constituem o objetivo para o qual a empresa foi criada. Por exemplo, a atividade de um caixa de um banco é uma atividade fim, enquanto um zelador do banco desenvolve atividade meio. Os analistas de crédito, e demais gerentes envolvidos no controle dos recursos financeiros e econômicos são atividades voltadas para a área fim do banco.

No campo, por exemplo, o melhoramento genético e a inseminação artificial são classificados como atividade meio. O plantio, a pulverização e a colheita como atividade fim. Hoje a falta de uma regulamentação provoca uma insegurança jurídica aos produtores. Por exemplo, se eles quiserem contratar uma empresa para a colheita, como existe grande possibilidade de alguém entender que isso é uma atividade fim, a contratação não seria legal e esses produtores serão autuados pelo Ministério do Trabalho devido a ques-

tões trabalhistas. O projeto da terceirização acaba com isso, com a premissa de atividade meio e fim e traz uma série de garantias ao trabalhador.

BI – Como representante em comissões da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e pelos contatos com lideranças sindicais, qual é o resumo das reivindicações existentes no agronegócio?

Klauss – Sem dúvida é a possibilidade de poder terceirizar a atividade fim. A especialização é uma forma de melhorar os resultados e todo empregador está buscando isso, com o aumento da produtividade e a diminuição de custos. Com a terceirização no campo, teremos mais empresas especializadas e que, com certeza, vão beneficiar pequenos e médios produtores. Exemplo disso ocorre em relação ao maquinário. Hoje há colheitadeiras que custam R\$ 2 milhões, ou seja, exigem um investimento muito alto para utilizá-la num período relativamente curto. Com a regulamentação da terceirização, o produtor vai poder contratar esse serviço de forma legal além de otimizar custos na propriedade. Uma máquina, que hoje é utilizada por 300 horas no ano, por exemplo, pode chegar a operar cerca de 700 horas em diversas propriedades rurais. O agricultor sai ganhando, porque vai economizar o investimento em uma máquina que vai usar uma vez por ano.

Entenda o PL nº 4.330

O Projeto de Lei nº .330/2004, que regulamenta a terceirização de trabalhadores chegou ao Senado em 27 de abril, depois de recebido mais de 200 emendas na Câmara dos Deputados. O PL nº 4.330 foi apresentado em 2004 pelo então deputado por Goiás, Sandro Mabel, e só teve a tramitação acelerada em 2015. Os principais itens do texto aprovado na Câmara Federal:

- **As empresas podem contratar trabalhadores terceirizados em qualquer ramo de atividade para execução de qualquer tarefa, seja em atividade-fim ou em atividade-meio. Atualmente, a terceirização é permitida somente em atividades de suporte, como limpeza, segurança e conservação, nos termos da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).**
- **Responsabilidade solidária:** A fornecedora de mão de obra terceirizada e a empresa contratante têm responsabilidade solidária nas obrigações trabalhistas. Assim, ambas podem responder judicialmente por direitos trabalhistas não honrados.
- **Fiscalização:** A contratante tem obrigação de fiscalizar se a contratada está em dia com salário, férias, vale transporte, FGTS e outros direitos trabalhistas.
- **Sindicalização:** Quando a terceirização for entre empresas que pertençam à mesma categoria econômica, os empregados da contratada serão representados pelo mesmo sindicato que representa os empregados da contratante. Por meio de emenda, foi retirada do texto a necessidade de observar os respectivos acordos e convenções coletivas de trabalho.
- **Direitos:** Os trabalhadores terceirizados têm direito às mesmas condições oferecidas aos empregados da contratante: alimentação em refeitórios, serviços de transporte, atendimento médico ou ambulatorial, cursos e treinamento, quando necessários.
- **Subcontratação:** A empresa que fornece mão de obra terceirizada pode subcontratar trabalhadores de outra empresa em casos de serviços técnicos altamente especializados e se houver previsão contratual.
- **Deficientes:** As empresas terão que contabilizar todos os empregados diretos e terceirizados para calcular a cota de funcionários com deficiência a serem contratados, que hoje varia de 2% a 5%.
- **Previdência:** As fornecedoras de mão de obra pagarão alíquota de 11% sobre a receita bruta para a Previdência Social.
- **Multa:** Se as normas da lei forem violadas, a empresa infratora estará sujeita a multa igual ao valor mínimo estipulado atualmente para inscrição na dívida ativa da União (R\$ 1 mil) por trabalhador prejudicado.
- **Vedação:** A contratante não pode usar os trabalhadores terceirizados para tarefas distintas das que estão previstas em contrato.
- **Domésticos:** A lei não vale para trabalhadores domésticos. Emenda aprovada no Plenário da Câmara também vedou a aplicação para guardas portuários.
- **Tributos antecipados:** A empresa que contrata os terceirizados deve recolher antecipadamente parte dos tributos devidos pela contratada.



A burocracia infernal

O técnico do Departamento Sindical da FAEP, Altevir Goes explica a saga que o produtor enfrenta para legalizar o imóvel rural



Nas últimas duas décadas, a infernal burocracia brasileira ganhou 3,6 milhões de normas editadas (766 por dia útil) e 253.900 normas tributárias (o que dá algo em torno de duas normas por hora). Isto sem falar nos 9.240 decretos federais. Anos atrás alguém calculou que havia 181 mil leis no país e a verdade é que aqui elas viraram remédio para todos os males. Se os índices de criminalidade aumentam, parte-se imediatamente para a confecção de novas leis. Há muitos acidentes de trânsito? Nem se discute acerca da qualidade das estradas – o negócio é criar alguma uma lei nova para resolver o problema. Está faltando alguém propor uma legislação acabando com a maioria das leis que existe, mas que simplesmente não são cumpridas.

Se alguém tiver a ideia de ser produtor rural, vai percorrer uma via crucis em corredores, guichês e balcões das repartições na busca de uma série de papéis considerados indispensáveis, mas que

poderiam ser unificados ou pelo menos simplificados. Entre uma repartição pública e outra, o produtor enfrenta uma saga para legalizar o imóvel rural.

Quem consegue destrinchar essa marcha de obstáculos é o curitibano Altevir Goes, um especialista em guitarra solo, que lhe permitiu ter a inscrição 3947 da Ordem dos Músicos do Brasil (MB). De segunda a sexta no Departamento Sindical da FAEP, sua partitura, porém, é a legislação que volta e meia sítia produtores e sindicatos rurais. De tão acostumado, ele não desafina nos esclarecimentos.

Afinal, sua história profissional registra 27 anos de atividades como técnico em Cadastro Rural do Incra e desde 07 de maio de 2001 ele atua na FAEP. Bem humorado, didático, Altevir lembra que para se transformar em produtor “é necessário enfrentar quatro etapas: situações jurídica, cadastral, tributária e ambiental”. E decifra o mapa burocrático:

- Na primeira delas ocorre o registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis (CRI). Depois disso o produtor deve fazer a declaração da sua propriedade junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou à Receita Federal, onde ele tem o prazo até 30 de setembro.

- No primeiro órgão, por exemplo, o produtor deve preencher todas as informações sobre a propriedade rural na Declaração de Propriedade (DP) para obter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR), documento indispensável na hora de fazer financiamentos bancários. O CCIR classifica a propriedade rural em produtiva ou improdutiva, ou seja, é um documento com o laudo produtivo.

- Numa fazenda com 200 hectares, por exemplo, na matrícula são deduzidas as áreas ambientais (Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, entre outras) e as áreas inaproveitáveis. Depois disso é calculado o tamanho da área aproveitável, onde o Grau de Utilização (GU) deve ser sempre superior a 80% de utilização. Além do GU também é calculado o Grau de Eficiência pela Exploração (GEE), que deve ser de 100%.

- Na situação tributária, o produtor deve fazer a Declaração de Imposto sobre a Propriedade Territorial (DITR) na Receita Federal. Nessa fase ele vai declarar, por exemplo, o valor da Terra Nua e total do imóvel; das instalações e infraestrutura, assim como o valor de produção na propriedade rural e as áreas de preservação ambiental. Depois do DITR, ele obtém a Certidão Negativa de Débitos (CND), que é exigida pelos cartórios nas transações imobiliárias e nos financiamentos agrícolas.

- Após essa etapa, a saga continua no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), onde o produtor deve apresentar anualmente o Ato de Declaração Ambiental (ADA), com as áreas de preservação ambiental, informado na DITR. A isenção do ITR é obtida sobre essas áreas declaradas no Imposto Territorial (ITR). Sem a declaração do ADA, o produtor perde a isenção do ITR, que provoca o Grau de Utilização da Terra (GUT) – é a mesma GU utilizada na Receita Federal – e aumento do imposto rural. Depois dessa etapa, o produtor deve preencher o Cadastro Ambiental Rural (CAR) através do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Blairo Maggi: em guerra contra a burocracia



“Esse absurdo precisa ser estancado. Tenho alertado, por diversas vezes, que o Brasil está perdendo a guerra para os papéis. Uso esse termo para chamar a atenção para um sério problema nacional: o excesso de burocracia”, defendeu o senador mato-grossense Blairo Maggi (PR) na tribuna do Senado, no último dia 09 de junho.

Diante do excesso de burocracia que o brasileiro enfrenta no dia a dia, o parlamentar sugeriu a criação de um grupo de especialistas para estudar e propor o aperfeiçoamento das leis que regem a Administração Pública brasileira. Segundo ele, o grupo deve propor uma simplificação da legislação, com o objetivo de melhorar a competitividade do país e serviços prestados ao cidadão.

Ele sugeriu as seguintes áreas para estudo: a eficiência do Estado; inovação e produtividade; as relações de trabalho; a infraestrutura; a tributação; a segurança jurídica; e a segurança pública”.

“Estamos presos a um modelo completamente ultrapassado, em que impera a desconfiança total na relação administração e administrado, que precisa, urgentemente, ser substituída pela confiança relativa, como ocorre em países mais desenvolvidos. E o mais grave é que a cultura da desconfiança tem se alastrado, encontrando guarida inclusive nas relações privadas”, alertou.

Casa em Ordem em Marialva e Virmond

No dia 11 de maio, produtores rurais que participam do Programa Empreendedor Rural (PER), no município de Marialva, assistiram à palestra Casa em Ordem com o consultor da FAEP, Dalton Celeste Rasêra. A turma foi organizada pelo Sindicato Rural de Marialva. Em 26 de maio foi a vez de um grupo do município de Virmond, extensão de base do Sindicato Rural de Laranjeiras do Sul. Entre os temas abordados destaca-se a área de meio ambiente com informações sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e novo cadastro do INCRA/DP.



Avicultura em Chopinzinho

O município de Chopinzinho (40.777 habitantes IBGE 2014), no Sudoeste paranaense, abate 1,6 milhões de aves por mês entregues a três frigoríficos da região: BRF, Coasul e Vibra. Em busca de melhorias técnicas na atividade, a Associação dos Avicultores de Chopinzinho (ASMAC), presidida por Juarez Pompeu, se reuniu com professores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), no último dia 03 de junho, em Pato Branco.

O objetivo do encontro foi discutir uma parceria entre as duas instituições para melhorar todos os aspectos técnicos da cadeia produtiva na avicultura em Chopinzinho. “É um setor que gera renda ao nosso município, mas devido a uma série de fatores, como a ampliação dos custos de produção, tem sido prejudicado. Por isso precisamos de parcerias e alternativas que favoreçam nossos produtores”, avaliou Pompeu. Durante a reunião, a Associação sugeriu propostas a UTFPR em relação ao desenvolvimento de pesquisas como, por exemplo, na

análise de água e das camas de aviários nas granjas.

Desde 2009, a diretoria da ASMAC, representando os avicultores, está atuando na elaboração de projetos e na apresentação de propostas para o fortalecimento da atividade.





Trigo e fertilizantes

Gosto muito do Boletim Informativo. Suas reportagens são muito interessantes e vi um artigo sobre o preço do trigo que é uma novela que se repete todo ano. O problema é para todas as culturas, pois estamos na dependência de importar os insumos. Porque a FAEP não faz uma pesquisa para ver a viabilidade do Brasil produzir sem depender de importar. Quando o Reinhold Stephanes foi Ministro da Agricultura, ele estava neste caminho, e, segundo ele, os minérios para a formulação de fertilizantes estavam com a Petrobras e a Vale. Logo, se deixarmos de importar, podemos baixar o custo.

Gabriel Neumann de Paula

São João do Triunfo – PR

NR. A FAEP, insistentemente, vem defendendo uma política duradoura para os produtores de trigo. De fato é necessário uma política de exploração principalmente do potássio, componente do NPK, em território nacional.

Leitor em Foco



Proteção - Shelty é o nome do pastor que protege o filhote na foto de Frederica Salomons Bosch. Segundo ela, Shelty morreu em virtude de ataques epiléticos que, mesmo tratado, não resistiu. Ficou a alegria da “protegida” cachorrinha Laika - **Colônia Holandesa - Arapoti, PR**



Cão e gato - Nem sempre inimigos, a foto de amizade do cão e gato produzida pela Danielle Cristina Trindade de Jesus, do Jardim Anchieta - **Roncador - PR**



Artísticas - A Edivânia M. de Lima captou essas fotos com a bela composição contra a luz do sol no Sítio Santo Antônio, em Nova Santa Bárbara e o pôr do sol na represa, em Primeiro de Maio, ambas no Paraná.

ABATIÁ



Mulher atual

O Sindicato Rural de Abatiá realizou, no período de 04 de março a 06 de maio, o curso Gestão de Pessoas - Mulher Atual. Participaram 18 produtoras com a instrutora Maria de Fátima Bueno Bittencourt.

CIANORTE



Aplicação de Agrotóxico

O Sindicato Rural de Cianorte realizou, no dia 15 de maio de 2015, em parceria com a Secretaria Municipal da Agricultura de São Manoel do Paraná, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxico - Formigas Cortadeiras. As aulas teóricas foram na Câmara Municipal dos Vereadores de São Manoel do Paraná e a prática foi na propriedade de um dos alunos. O instrutor do grupo de 10 trabalhadores foi o Hog de Almeida Lattanzio.

PALOTINA



Aplicação de agrotóxicos

O Sindicato Rural de Palotina realizou, nos dias 12,13 e 14 de maio o curso de Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – tratorizado – de barras – NR31, para um grupo de 14 participantes. O instrutor da turma foi Everton Debertolis.

STA IZABEL DO OESTE



Colhedoras Automotrizes

O Sindicato Rural de Realeza realizou em sua extensão de base, em Santa Izabel do Oeste, o curso Trabalhador na Operação, Manutenção e Regulagem de Colhedoras, em parceria com a Secretaria Municipal da Agricultura e a Emater. Participaram 13 produtores rurais com o instrutor, Edson Zucchi.

SERTANÓPOLIS



Colhedora

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou, no período de 18 a 22 de maio, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Colhedora Case Axial. Participaram 15 alunos com a instrutora Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski.

TIBAGI



Mandioca

O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com a Fazenda Capivari, realizou nos dias 18 e 19 de maio, o curso de Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de mandioca. Participaram 15 produtoras e trabalhadoras rurais com a instrutora Mari Ivete Bonatto.

ALTÔNIA



Empreendedor

O Sindicato Rural de Altônia iniciou no dia 21 de maio mais uma turma do Programa Empreendedor Rural (PER), em parceria com a Emater e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Entre os participantes estão: o presidente do sindicato rural, Braz Reberte Pedrini e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Aparecido Neri. O instrutor do grupo é Clovis Palozi.

REALEZA



Plantas Medicinais

No período de 08 a 10 de abril o Sindicato Rural de Realeza, em parceria com a Pastoral da Criança, ofereceu o curso Trabalhador no Cultivo de Plantas Medicinais - plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Participaram 13 produtoras com o instrutor Cláudio Aroldo Walter Stael.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Humildade argentina

Um argentino em frente a um edifício com espelhos para e diz em voz alta:

- Que fisionomia o cara tem!

Segue caminhando com sua namorada, uma loira deslumbrante, e volta a dizer:

- Que gata o cara tem!

Entra na sua Ferrari vermelha e diz:

- Que carro o cara tem!

Chega em casa e encontra sua irmã, que é freira da Ordem de Las Esposas de Cristo.

Então, eufórico, comenta:

- Que cunhado o cara tem!

Extremos



As capitais Boa Vista em Roraima e Porto Alegre no Rio Grande do Sul, estão separadas por rodovia em 5.392 km. Elas são as capitais mais distantes uma da outra. São pelo menos 20 rodovias diferentes a percorrer pelo aventureiro, numa viagem de 83 horas por oito Estados brasileiros, com direito a xixi e lanche rápido.

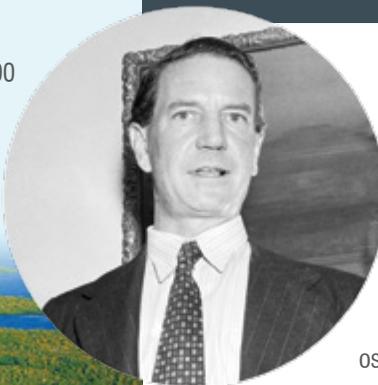


Privilégio de poucos

Era uma “carrão” cobiçado, mas só poucos privilegiados desfilavam com ele. Os mais veteranos lembram: era o Simca e o primeiro produzido no país foi o Chambord, em 1959. O Chambord serviu de base para todos os modelos Simca brasileiros, inclusive o Esplanada – seu sucessor definitivo. Comprada pela norte-americana Chrysler, a Simca durou até a segunda metade dos anos 1960. Os últimos Alvoradas e Esplanadas saíram de fábrica como marcas da Chrysler do Brasil.

Cardumes amazônicos

Nos rios amazônicos já foram descobertas 1.500 espécies de peixes, mas estima-se que exista pelo menos o dobro. Isso significa quinze vezes mais do que todas as espécies de peixes encontrados nos rios da Europa.



Agente duplo

Kim Philby foi considerado o maior espião no período inicial da Guerra Fria (1945-1991). Ele entrou para o serviço secreto britânico na década de 1940. Como era comunista, tornou-se agente duplo, revelando aos soviéticos os detalhes da espionagem de seu país natal. Depois de fugir para Moscou, em 1963, virou coronel da KGB, o serviço secreto soviético. Foi responsável pela execução de dezenas de espiões ocidentais que atuavam no país.

De joninas para juninas

Na época da colonização do Brasil, os portugueses introduziram as festas juninas. Na época, porém, elas eram conhecidas como “Joaninas” e receberam esse nome para homenagear João Batista, primo de Jesus, que, segundo as escrituras bíblicas, gostava de batizar as pessoas, purificando-as para a vinda de Jesus. As grandes festas acontecem dia 13 para Santo Antônio; no dia 24, para São João; e no dia 29, para São Pedro. Os nordestinos são especialistas nessa área.



Se parar, caput!

Se a Terra não girasse, não existiria vida. É que o lado do planeta que ficasse voltado para o Sol viraria um deserto muito quente e o lado oposto escuro e gelado. Nosso planeta leva 365 dias e seis horas para dar uma volta ao redor do sol, o nosso ano no calendário.

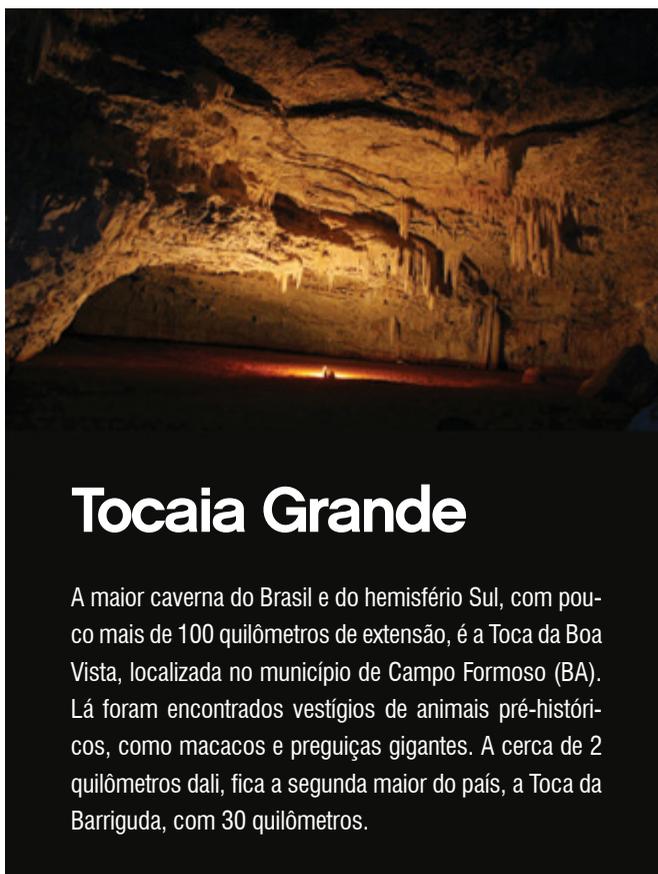
Tríplices

O Brasil possui nove Tríplices Fronteiras, faixas geográficas onde três países se encontram num mesmo ponto e a mais conhecida e divulgada é a divisa entre Brasil – Paraguai e Argentina. O marco dessas fronteiras acontece no encontro dos Rios Iguaçu e Paraná, na altura de Foz do Iguaçu (BR), Cidade de Leste (PY) e Porto Iguaçu (AG).



Jogo pesado

Entre as Idades Média e Moderna, a Igreja instituiu a Inquisição para a perseguição contra aqueles que representavam uma ameaça à hegemonia do cristianismo católico. Entre as torturas estava a chamada “tortura d’água”, onde o acusado era amarrado de barriga para cima em uma mesa estreita ou cavalete. Sem poder esboçar a mínima reação, os inquisidores introduziam um funil na boca do torturado e despejavam vários litros de água goela abaixo. Algumas vezes, um pano encharcado era introduzido na garganta, causando a falta de ar e morte.



Tocaia Grande

A maior caverna do Brasil e do hemisfério Sul, com pouco mais de 100 quilômetros de extensão, é a Toca da Boa Vista, localizada no município de Campo Formoso (BA). Lá foram encontrados vestígios de animais pré-históricos, como macacos e preguiças gigantes. A cerca de 2 quilômetros dali, fica a segunda maior do país, a Toca da Barriguda, com 30 quilômetros.

MUITOS IMPOSTOS, POUCOS SERVIÇOS



O Brasil segue na última colocação no ranking que mede o retorno oferecido em termos de serviços públicos de qualidade à população em relação ao que o contribuinte paga em impostos. Segundo o estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o país foi pela 5ª vez seguida o "lanterninha" da lista. Ficou na 30ª posição do ranking, atrás de países como Uruguai (11º) e Argentina (19º) e Grécia (16º).

O estudo avaliou os 30 países

com as maiores cargas de tributos. O ranking leva em consideração a arrecadação de tributos do país em todas as suas esferas (federal, estadual e municipal) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de 2013 e a o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), que mede a qualidade de vida e bem-estar da população.

A Austrália ficou em 1º lugar no chamado Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (IRBES), seguida da Coreia do

Sul e dos Estados Unidos.

Mesmo com os sucessivos recordes de arrecadação tributária, - marca o impostômetro que até junho de 2015, supera R\$ 1 trilhão de tributos -, o Brasil continua oferecendo péssimo retorno aos contribuintes. Basta ver a qualidade do ensino, o atendimento de saúde pública, segurança, saneamento básico, entre outros serviços.

O estudo aponta que, apesar de terem carga tributária muito próxima à do Brasil - que em 2013 foi de 35,04% do PIB -, países como Islândia (35,50%), Alemanha (36,70%) e Noruega (40,80%) estão muito à frente no que se refere a aplicação dos recursos em benefício da população, ocupando, respectivamente a 14ª, 15ª e 18ª posições.

ÍNDICE DE RETORNO AO BEM ESTAR DA SOCIEDADE

POSIÇÃO	PAÍS	CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE O PIB	ÍNDICE
1º	Austrália	27,30%	162,91
2º	Coreia do Sul	24,30%	162,79
3º	Estados Unidos	26,40%	162,33
4º	Suíça	27,10%	161,78
5º	Irlanda	28,30%	158,87
30º	Brasil	35,04%	137,94

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Endereço insuficiente
- Não existe o nº indicado
- Informação dada pelo porteiro ou síndico
- Falecido
- Ausente
- Não procurado

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___ Responsável

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná | F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná | F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br